Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 19/2026

14 a 27 de outubro de 2026

Sumário Executivo



O **presidente Lula** foi reeleito para um mandato de 4 anos, que inicia em janeiro de 2027 e vai até o final de 2030, com processo e número de votos inéditos na história. Virou do primeiro para o segundo turno e recebeu a votação de mais de 64 milhões de brasileiros, obtendo a expressiva diferença de 4 milhões e 300 mil votos sobre seu adversário de extrema direita. É consenso entre analistas políticos que a eleição de Lula se deveu a uma espetacular combinação entre grandes movimentos de rua e a força comunicativa de redes sociais, também inédita na história política brasileira. As ruas foram iniciadas e sustentadas principalmente por jovens secundaristas e universitários, aos quais, pouco a pouco, foram se juntando mulheres e homens maduros, idosos e famílias com crianças. A força digital veio de inúmeros influenciadores, dentre os quais o chamado 'Exército de Lula', rede multiplataforma organizada pelo deputado federal eleito por Minas Gerais, André Janones. Estas duas estratégias combinadas foram resultado de uma imensa mobilização e adesão popular. Para além de uma vitória pessoal ou partidária do presidente reeleito, venceu a democracia, a dignidade e a soberania nacional e o desenvolvimentismo sustentável e integral: político, social, econômico, ambiental e ético.

O resultado das eleições brasileiras certamente barrou o caminho da extrema direita na América Latina, que vencera doze pleitos realizados na região, de 2023 para cá, embora as duas maiores democracias latino-americanas em número de eleitores — o Brasil e o México — mantenham governos de esquerda. Mas para inúmeros analistas nacionais e internacionais, o alcance da eleição é mundial, pela influência do Brasil no cenário geopolítico global, pelo simbolismo que Lula carrega no mundo democrático e pelos desafios que lançou em nome da soberania nacional dos países frente aos sucessivos ataques de Trump.

Desde os primeiros discursos, logo após a reeleição, Lula reafirmou a ***política de saúde*** e a ***política exterior*** em curso no seu governo, cunhada como "*ativa, soberana e altiva*". Nunca a questão da *soberania nacional* esteve tão presente numa campanha eleitoral brasileira. Não por acaso, e muito simbólico disso, o canto evocado e entoado em alta voz no último ato de campanha nas ruas, na av. Paulista, em São Paulo, no fim de tarde, quase noite, de 24/10, foi o *Hino da Independência do Brasil*. A estrofe de Evaristo da Veiga, cantada de forma mais alta e forte, era precisamente o belo e simbólico refrão: "*Brava gente brasileira, longe vá temor servil, ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil*". Repetido com a mesma intensidade cívica na comemoração da vitória eleitoral de Lula no 25/10 à noite, na mesma av. Paulista.

Sob Lula, desde sua posse em 2023, a *política exterior brasileira* tem sido uma das maiores defensoras do multilateralismo e da cooperação internacional, que são atacados por

países e movimentos antiglobalistas poderosos. A seguir, dois exemplos. Um, o eloquente *discurso do presidente Lula à 81ª. Assembleia Geral das Nações Unidas* https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/pt_BR/article/view/631, no qual se compromete radicalmente com a defesa de um Sistema ONU renovado e reformado. Outro, na mesma ocasião, o lançamento pelo Brasil e outros países da iniciativa "*Parceiros pelo Multilateralismo (P4M)*" https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-parceiros-pelo-multilateralismo-p4m, na qual os países signatários se empenharão "a trabalhar conjuntamente em favor da paz, da estabilidade, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da prosperidade compartilhada, da dignidade humana e dos direitos de todos e todas", ao tempo em que reafirmam que o sistema multilateral permanece indispensável, com seu "marco para a paz, a descolonização, a prosperidade e a dignidade humana" e devendo, agora, "responder a um mundo mais interconectado e complexo, mais disputado e mais multipolar".

Utilizou na ONU, e também nos discursos pós-eleitorais de 25/10, a frase-síntese de sua posição de defesa da soberania nacional: '*o Brasil não cabe no quintal de ninguém'*, endereçada particularmente a rebater a *doutrina Donroe* do governo Trump, enunciada no documento *Estratégia de Segurança Nacional* 2025-National-Security-Strategy.pdf de dezembro de 2025. No contexto atual, Washington busca acesso a minerais críticos brasileiros e maior cooperação em segurança; Brasília precisa preservar o mercado americano para suas exportações, atrair investimentos e reduzir barreiras comerciais. A relação entre os dois países, portanto, deverá continuar se equilibrando entre interesses comerciais e profundas divergências político-ideológicas, entre as quais soberania, política regional e presença militar dos Estados Unidos — sob o pretexto de combater o tráfico de drogas ou a imigração ilegal, por meio da Doutrina Donroe, operacionalizada com a aliança do *Escudo das Américas*.

Por isso mesmo, administrar as divergências com os *EUA* é tão importante quanto aprofundar as relações com *China e União Europeia* (ambas muito incomodadas com a postura arrogante e impositiva de Trump). Convergências em torno do Acordo de Paris e do multilateralismo pode facilitar a interlocução política com governos europeus, embora divergências comerciais e exigências ambientais continuem a exigir negociação. A reafirmação de uma boa relação com China, maior mercado exportador brasileiro, preserva um fluxo comercial imprescindível para o Brasil e cai como uma luva para ameaçar o delírio trumpiano da Doutrina Donroe para o continente.

Um dos maiores desafios externos estará, porém, na *fragmentação política latino-americana.* Governos conservadores da região veem vantagens na aproximação com Trump, e a eleição brasileira não garante a formação de uma frente regional capaz de contrabalançar tal influência econômica. O peso do Brasil na ALC não decorre apenas de sua valente resistência a Washington num governo Lula 4 (como já foi no Lula 3), mas da capacidade de construir alternativas econômicas e diplomáticas na região, embora tentativas anteriores tenham fracassado já em 2023, como bem nos mostra a ineficácia do *Consenso de Brasília*. Há que descobrir novos movimentos e propostas para remendar o tecido político esgarçado na América do Sul, incluindo as eleições de outubro de 2027 na Argentina. A saúde poderia proporcionar um espaço de entendimento coletivo regional. A testar!

Apesar das diferenças políticas, a *maioria dos presidentes* do grande número de países governados pela extrema direita na América Latina – que absolutamente não se constituem num bloco homogêneo – reconheceram e cumprimentaram o presidente Lula pela vitória nas urnas, exceto *Javier Milei*, da Argentina, que, a propósito, se submeterá às urnas nas eleições gerais do

país em 24/10//2027. Já *Claudia Sheinbaum* presidente do México, fez o 'L' na sua entrevista em 26/10, quando também comentou que a vitória de Lula traz 'um sopro de esperança para a América Latina'. O uruguaio *Yamandu Orsi* engrossou a lista de cumprimentos, que foi aberta pelo direitista *Katz* do Chile. Os líderes dos principais países do mundo reconheceram e parabenizaram Lula e o povo brasileiro pela vitória: União Europeia, União Africana, China, Rússia, Índia, Alemanha, França, África do Sul e centenas de outros governantes. Isolado, *Trump* foi ambíguo. Mas lideranças do Congresso americano e de grandes estados, como a Califórnia, reconheceram a reeleição do presidente Lula.

A imprensa internacional repercutiu intensamente a vitória de Lula e da democracia brasileira, em geral destacando o fenômeno eleitoral-social protagonizado por Lula e pela população brasileira.

Enquanto transcorriam estes acontecimentos, verificou-se a fuga para os Estados Unidos do candidato derrotado nas urnas, Flavio Bolsonaro. A antiga máxima "quem não deve, não teme" foi acionada em redes sociais e, mais importante, na mente de milhões de brasileiros, inclusive entre os eleitores desse personagem. O processo político precisa ser tranquilizado, para que os prováveis crimes sejam esclarecidos, e os culpados devidamente punidos, no seu devido tempo. Simultaneamente, que o novo governo se organize para começar a cumprir, de imediato, os importantes compromissos assumidos diante da população.

Registre-se a mensagem postada pelo Ministro da Saúde Alexandre Padilha nos seis idiomas das Nações Unidas, clarificando os compromissos do governo reeleito com a saúde nacional e global (veja adiante).

Finalizamos esta breve análise das perspectivas da política exterior do governo Lula 4, com os enunciados sobre *política exterior e inserção global* depositadas oficialmente no TSE pela candidatura Lula Lula — Propostas de Governo — Tribunal Superior Eleitoral. Talvez um exercício apenas retórico, dada a extrema volatilidade com tudo o que está ocorrendo na política brasileira, regional e mundial. O documento de proposta sinaliza que "o Brasil deverá ser cada vez mais independente, ativo e comprometido com a *integração regional* e com a afirmação da *América do Sul e do Caribe como zona de paz*. A *integração sul-americana* é o primeiro círculo de projeção estratégica do Brasil. Seguiremos aprofundando o *Mercosul e os espaços de integração regional*, especialmente nas áreas de infraestrutura, defesa, segurança pública, energia e **saúde**. Consolidaremos o Mercosul como principal plataforma de integração econômica, produtiva, política e social da América do Sul. (...). Consolidaremos a *Amazônia* como eixo estratégico da integração regional fortalecendo a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)* na bioeconomia, na ciência, no financiamento verde e no combate coordenado aos ilícitos transnacionais".

Ademais, reafirma que "aprofundaremos as relações com a *África*, reconhecendo sua crescente importância na ordem internacional e os laços históricos e culturais que unem o Brasil ao continente africano. Consolidaremos o *Atlântico Sul* como região de paz, cooperação e desenvolvimento e fortaleceremos a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).* Promoveremos mecanismos permanentes de cooperação com a *União Africana* e a *Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).* Persistiremos na reaproximação com a *Ásia, o Oriente Médio e a Europa,* regiões com grande potencial para ampliar a cooperação política, econômica, tecnológica e cultural. Continuaremos engajados na *reforma das Nações Unidas*, especialmente do *Conselho de Segurança*, para torná-lo mais democrático e representativo, com maior participação dos países em desenvolvimento entre os membros permanentes. Seguiremos advogando a reforma e fortalecimento da *Organização Mundial do Comércio"*.

O documento segue, afirmando que "defenderemos a *reforma da arquitetura financeira internacional*, com a democratização do *FMI, do Banco Mundial e dos bancos multilaterais e o fortalecimento do CAF, do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e dos mecanismos financeiros dos BRICS.* Aprofundaremos a *aproximação geopolítica com o BRICS e com o Sul Global*, bem como com o *G20*, espaços fundamentais para a afirmação dos interesses da maioria da humanidade. Ampliaremos a *Cooperação Sul-Sul* em áreas nas quais o Brasil é referência contribuindo para a redução das desigualdades globais. Será necessário redobrado protagonismo diplomático brasileiro para acelerar o cumprimento global dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)* em seus anos finais de implementação e negociar uma nova agenda de desenvolvimento sustentável pós-2030. Serão prioridades de nossa ação externa a implementação da *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza* e o enfrentamento da *emergência climática*, inclusive o *Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)".*

O documento encerra com: "Faremos firme oposição a qualquer tentativa de subordinar o Brasil a interesses estrangeiros ou de reduzir nosso país a uma posição de dependência geopolítica. Rejeitamos a visão daqueles que aceitam, com servilismo, a renúncia à soberania nacional em nome de alinhamentos automáticos e ideologias fracassadas".

De outro lado, muitas questões de natureza política no plano nacional se levantam a partir de 25/10, com a reeleição de Lula: as políticas sociais vitoriosas dos governos de esquerda do Brasil, claramente apoiadas nestas eleições e mundialmente reconhecidas, serão mantidas e intensificadas por Lula 4 ou se submeterão às imposições dos chamados 'mercados' – o 'financeiro' à frente – em nome de tecnicalidades manejadas pelo economês enganador dominante? Como lidar com um congresso predominantemente de direita e extrema direita eleito em 4/10, sem concessões do essencial e respeitando a voz das urnas? Como a mobilização das ruas e nas redes sociais podem ajudar na implementação de uma verdadeira e inédita 'democracia participativa', intermediada pela manutenção de um ativo 'Exército do Lula', para além dos inúmeros 'conselhos' gerais e setoriais, muito engessados e burocratizados e, talvez, barrando as imposições que virão do Congresso de extrema direita eleito?

Os Cadernos seguirão atentos no acompanhamento das orientações para a política exterior brasileira no governo Lula 4. Neste fascículo 19, todos os nossos analistas, em suas diversas análises de territórios políticos e temas relevantes da saúde global e diplomacia da saúde, construíram artigos que dialogam com as eleições brasileiras.

Eleições em Israel

Em 27 de outubro realizaram-se eleições em Israel para renovação das 120 cadeiras do parlamento israelense (Knesset). Consideramos tema internacional relevante pelas consequências que terá sobre uma das maiores tragédias humanitárias deste século, que é o massacre da faixa de Gaza, com mais de 70 mil mortos, a maioria crianças, mulheres e idosos, processo que vem sendo categorizado como genocídio, perpetrado pelas forças militares israelenses regulares, sob o comando de Benjamin Netanyahu. Ao fecharmos esta edição, o Likud, partido do primeiro-ministro havia obtido a maior parcela das cadeiras, mas sua coalização não havia alcançado o número de cadeiras necessário para formar o governo. Nem o bloco de oposição. Os partidos árabes em Israel tiveram expressivo crescimento e alcançaram 19 cadeiras, número recorde. A definição do processo político continua em aberto. Voltaremos ao tema no Caderno 20.

Eleição de meio período (*midterms*) nos EUA

A eleição de meio período (*midterms*) nos EUA renovará toda a Câmara e 1/3 do Senado americano, em 3 de novembro próximo. O sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) dos poderes, vigente no sistema político dos EUA desde sempre, pode levar à contenção, pelo Congresso, de diversas aspirações do executivo trumpista, muito particularmente em matéria de política exterior, incluindo conflitos militares, migração e intervenções, particularmente em relação à América Latina e Caribe (e o Brasil), e no Oriente Médio. Vamos conferir os resultados das eleições nos EUA e suas implicações para a saúde global e a diplomacia da saúde no Caderno 20, que sairá em 13/11.

17ª Conferência da ONU sobre Biodiversidade (COP 17 da CDB)

A *17ª Conferência da ONU sobre Biodiversidade (COP 17 da CDB)* https://www.cbd.int/ está em realização, de 19 a 30 de outubro de 2026, em Yerevan, na Armênia. O objetivo principal desta COP é avaliar e impulsionar a implementação das 23 metas do *Marco Mundial de Biodiversidade de Kunming-Montreal*, firmado em 2022 por 196 países, visando deter e reverter a perda de natureza até 2030 https://www.cbd.int/doc/c/e6d3/cd1d/daf663719a03902a9b116c34/cop-15-l-25-en.pdf. O evento se realiza em Yerevan, capital da Armênia. Simultaneamente à COP 17 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), acontecem a *CP-MOP 12* (Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança) e a *NP-MOP 6* (Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos). Nesta edição dos Cadernos, ***Magalhães e Galvão*** trazem uma análise detalhada sobre os resultados alcançados até aqui.

81ª Assembleia Geral turbina discussões e decisões até o final do ano

Em Nova York, o cronograma de votações e adoções finais de resoluções nos comitês da AGNU81 segue um calendário concentrado entre 1/10 a 20/11/2026, cumprindo a agenda de temas proposta https://docs.un.org/en/A/81/150. Após o encerramento do Debate Geral de Chefes de Estado em setembro, o trabalho da AGNU foi integralmente transferido para as principais **comissões temáticas**. Cada uma tem uma janela temporal para negociar e votar os textos.

Uma vez que uma resolução é votada e aprovada dentro de qualquer um dos comitês (seja por consenso ou por contagem de votos), ela ainda não é uma resolução definitiva da ONU. Na primeira e segunda semanas de dezembro de 2026, todos os relatórios aprovados pelas comissões sobem para o plenário principal da 81ª AGNU. Lá, todos os 193 Estados-membros dão a chancela final definitiva aos textos antes do recesso de fim de ano.

As discussões vêm cobrindo temas nas diversas áreas de abrangência da AGNU: política, social, econômica, sanitária, tecnológica, nelas incluindo diversos subtemas, como a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, o desarmamento e controle sobre armas nucleares, a necessidade imperiosa do controle da inteligência artificial, as inequidades crescentes entre países, regiões e pessoas, os acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre os inúmeros temas de alcance global relativos.

Como sempre insistimos, a AGNU é um momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens pautados para o debate e decisões/resoluções até o final do ano tratam, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções resultantes da AGNU 2026 terão impacto importantíssimo sobre a saúde global, humana e planetária.

Um resumo dos temas tratados diariamente na AGNU pode ser acessado nas notas divulgadas em https://press.un.org/en, assim como as sessões de algumas das Comissões, do Conselho de Segurança e do Conselho de Direitos Humanos assistidas na UN WEBTV https://webtv.un.org/en (Os interessados podem inclusive se inscrever neste site para receber a programação diária). Acompanhar as atualizações diárias e a publicação dos rascunhos de resoluções (*draft resolutions*) que vão à voto pode ser feito diretamente pela plataforma do Diário das Nações Unidas (UN Journal), atualizado em tempo real com as salas e horários exatos das votações.

Eleição do(a) Secretário(a) Geral da ONU

A diplomata e ministra de Estado dos Emirados Árabes Unidos, *Lana Nusseibeh*, é a mais recente candidata a entrar na disputa pelo cargo de Secretária-Geral da ONU, intensificando o processo de sucessão de António Guterres (cujo mandato acaba em 31 de dezembro de 2026). Ela defende a renovação da ONU, foco prioritário em paz, segurança internacional, direitos humanos, desenvolvimento e reformas administrativas para gerar resultados concretos.

A entrada de Nusseibeh ocorre em um momento de impasse no Conselho de Segurança, que já realizou diversas rodadas de votações informais sem consenso em torno de um único nome. Os outros nomes que estão na corrida são**:** *Rebeca Grynspan* (Costa Rica), *Rafael Grossi* (Argentina), *Ivonne Baki* e *María Fernanda Espinosa* (Equador), *Carolyn Rodrigues-Birkett* (Guiana) e *Olara Otunnu* (Uganda).

Para ser recomendada ao cargo, o(a) candidato(a) precisa de pelo menos 9 votos favoráveis no Conselho de Segurança (de 15 membros) e de nenhum veto de qualquer um dos cinco membros permanentes (P5: EUA, China, Rússia, Reino Unido e França). A Assembleia Geral formaliza a escolha no final de 2026, e o(a) eleito(a) assume em 1º de janeiro de 2027.

O(a) décimo(a) secretário(a)-geral vai ocupar a cadeira já ocupada pelos seguintes líderes:

- António Guterres (Portugal), que assumiu funções em janeiro de 2017
- Ban Ki-moon (República da Coreia), de 2007 a 2016
- Kofi Annan (Gana), de 1997 a 2006
- Boutros Boutros-Ghali (Egito), de 1992 a 1996
- Javier Pérez de Cuéllar (Peru), de 1982 a 1991
- Kurt Waldheim (Áustria), de 1972 a 1981
- U Thant (Birmânia, atual Myanmar), de 1961 a 1971
- Dag Hammarskjöld (Suécia), de 1953 a 1961
- Trygve Lie (Noruega), de 1946 a 1952

Os Cadernos seguem atentos no acompanhamento do processo que precisa ser definido nos próximos 60 dias pois a posse do(a) novo(a) SG ocorrerá em 01/01/2027.

Assembleia Geral da ONU aprova mais uma resolução que pede suspensão do bloqueio econômico americano sobre Cuba, que vive profunda crise humanitária

A Assembleia Geral da ONU aprovou em 28 de outubro a *34ª resolução anual* pedindo o fim do embargo econômico, comercial e financeiro dos Estados Unidos contra Cuba. Foram 130 países a favor, 17 contra (incluindo Estados Unidos e Israel) e 25 países se abstiveram (incluindo a Alemanha e a Itália pela primeira vez em anos). O número somado de 42 países

votando contra ou se abstendo é o maior em décadas, e resultou de pressões do Departamento de Estado – chefiado por Marco Rubio. Como pacifistas que somos, e defensores da vida e da saúde, lamentamos a crise humanitária em que está mergulhado o pequeno país caribenho, mas com gigantesca história de cooperação e solidariedade internacional no campo da saúde.

Eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (2027-2029)

O Brasil foi reeleito dia 13/10 para um novo mandato no *Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU*, referente ao *triênio 2027-2029*. O país obteve 170 votos na eleição realizada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Esse será o sétimo mandato do Brasil ao longo dos 20 anos de existência do CDH, demonstrando o compromisso do país com a promoção e a proteção dos direitos humanos, o fortalecimento do multilateralismo e a defesa da democracia.

Em seus compromissos voluntários, o Brasil destacou que trabalhará pela maior eficiência do CDH e buscará fortalecer o papel do órgão na prevenção e no enfrentamento das causas estruturais de graves violações dos direitos humanos, com ênfase no diálogo construtivo e na cooperação internacional. O país também seguirá atuando com especial atenção aos grupos mais vulneráveis. Os compromissos do Brasil são de buscar "ações concretas em prol de uma sociedade de nações justa, inclusiva e livre de violações, tendo como fundamentos a proteção da dignidade humana, a diversidade e a inclusão, a participação social, o desenvolvimento sustentável, e o combate à fome e às desigualdades".

Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) recebe mais recursos

Os Países Baixos anunciaram neste 26/10 o investimento de US$500 milhões no Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), um mês após o anúncio do Reino Unido de investir £400 milhões (aproximadamente US$ 540 milhões) no Fundo. Os dois anúncios representam avanços importantes na capitalização do TFFF. Até o momento, as promessas de investimento totalizam US$ 7,8 bilhões. A Declaração de Lançamento do TFFF, adotada em Belém, recebeu o apoio de 67 países e da União Europeia, abrangendo países responsáveis por 90% das florestas tropicais dos países em desenvolvimento. A iniciativa busca estabelecer uma fonte estável e duradoura de financiamento para a conservação dessas florestas, por meio de mecanismo inovador, combinando aportes soberanos e recursos privados, que prevê pagamentos aos países florestais com base em resultados, proporcionais à extensão das florestas conservadas, com pelo menos 20% destinados a povos indígenas e comunidades tradicionais.

Revista The Lancet lança *Countdown* sobre Clima e Saúde

A revista The Lancet lançou neste 27/10 o relatório "The Lancet Countdown on Health and Climate Change" *(Contagem regressiva do The Lancet para Saúde e Mudança Climática)* O relatório destaca que as mudanças climáticas estão causando um aumento alarmante nas mortes relacionadas ao calor. Entre 2016 e 2023, foram registradas cerca de 3 milhões de mortes atribuídas às mudanças climáticas, com um recorde de 710.000 mortes em 2023. O relatório enfatiza que mais de 2/3 dessas mortes são atribuíveis às ações humanas, como o aquecimento global e a poluição do ar. Além disso, o relatório alerta que as regiões mais vulneráveis, como o sudeste asiático e a África, enfrentam os maiores impactos, afetando a economia e a saúde pública. Para ler logo, acesse: The 2026 report of the Lancet Countdown on health and climate change: a decade of escalating health harms and a decisive moment for all — The Lancet. No Caderno 20, detalhada análise deste importante documento.

Lula cumpre intensa agenda internacional até o final do ano

O presidente Lula deve participar de 4 cúpulas internacionais até o fim do ano. A primeira agenda externa depois da reeleição será a participação na **COP 31**, que se realiza em Antália (Turquia), em 11 e 12 de novembro. É a conferência em que o Brasil passa a presidência do evento climático Em seguida, segue para as Filipinas. Deve haver visita de Estado a Manila e participação na **Cúpula da Asean**, em 14 e 15 de novembro. O governo espera uma agenda cheia de reuniões bilaterais com líderes da região. Lula retorna ao Brasil e em participa da **Cúpula do Mercosul,** em Montevideo, dia 4 de dezembro. O último compromisso internacional será a **Cúpula do G20**, em 14 e 15 de dezembro, em Doral, na Flórida, onde ele reencontrará o presidente dos EUA, Donald Trump.

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Alcazar explora linha que se estende da e**leição do novo Secretário Geral das Nações Unidas** à necessidade de reforma da Organização. Em seguida liga pontos aparentemente distantes e desconexos, como a renúncia da diplomacia em favor do uso da força, a cessão da soberania e o ataque à democracia, que mina todas as conquistas sociais, em nome do mercado e do Senhor Trump. O que resulta dessa conexão de pontos? É o que o leitor descobrirá ao final.

O informe de ***Gaspar*** e ***De Negri Filho*** analisa o relatório da Relatora Especial das Nações Unidas sobre as repercussões negativas das **medidas coercitivas unilaterais** no gozo dos direitos humanos, Zaina Jallad, bem como o relatório de missão oficial a Cuba elaborado por Alena Douhan e os comentários apresentados pelo Estado cubano. O documento examina a evolução do mandato, os impactos das sanções unilaterais sobre direitos econômicos, sociais e culturais, os efeitos da regulação excessiva (*overcompliance*), as repercussões extraterritoriais e os principais resultados da visita a Cuba. São igualmente apresentadas informações referentes à posição do Estado cubano acerca dos efeitos econômicos e sociais do bloqueio. Ao final, inclui-se nota informativa sobre manifestação de especialistas independentes das Nações Unidas relativa à atuação da empresa Meta durante o processo eleitoral brasileiro de 2026.

Segundo ***Galvão, Bermudez e Reges***, entre 13 e 27 de outubro de 2026, a **Organização Mundial da Saúde** enfrentou a expansão do surto de ebola Bundibugyo para lá da RD Congo, com mais de 10 000 casos confirmados no país e casos importados no Quênia e na Nigéria. Lançou, com parceiros, o primeiro grande ensaio de vacinas contra esta estirpe. Três Comitês Regionais (Mediterrâneo Oriental, Pacífico Ocidental e Europa) reuniram-se num quadro de cortes orçamentais, enquanto decorre a sucessão do Diretor-Geral Tedros Adhanom

Ghebreyesus. A agenda técnica incluiu desigualdades nas doenças não transmissíveis, acesso ao diagnóstico, intoxicação por chumbo, obesidade e medicina tradicional.

Magalhães e Galvão examinam a vitória de Lula que renova a esperança de um Brasil comprometido com a ciência, a democracia e a proteção da natureza, reforçando a responsabilidade coletiva de defender esses valores. No cenário internacional, a **COP17** de Biodiversidade, realizada em outubro de 2026, em Yerevan, busca acelerar a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. A primeira avaliação global revela avanços nos compromissos políticos e na governança, mas resultados ainda insuficientes para reverter a perda da biodiversidade até 2030. A Declaração de Yerevan reforça a urgência de transformar compromissos em ações concretas, com financiamento adequado, participação social e mudanças nos modelos de produção e consumo. Persistem desafios relacionados ao financiamento internacional, aos direitos dos povos indígenas e à integração da biodiversidade às políticas econômicas e climáticas.

O artigo de ***Peres*** analisa a discussão sobre o **fim da escala 6x1 no Brasil**, uma importante luta pela garantia de condições mais justas, saudáveis, seguras e equitativas de trabalho, que ganhou importante destaque na agenda legislativa e nas mobilizações da sociedade ao longo de 2026. A *Emenda Constitucional nº 141/2026* alterou o art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a duração máxima semanal do trabalho e prevendo 2 (dois) dias de repouso remunerado por semana, sem qualquer redução salarial. Embora frequentemente reduzida a uma questão de organização das jornadas de trabalho no país, envolve dimensões fundamentais da vida social, do bem-estar e da dignidade humana, como a possibilidade de ampliar a convivência familiar, a participação comunitária, a autonomia sobre o tempo e a possibilidade de ter garantido um tempo mínimo semanal para a recuperação física e mental das exigências do trabalho. E que deve ser compreendida como parte de um debate internacional mais amplo sobre a vida para além do trabalho, a garantia do tempo de descanso e lazer da classe trabalhadora e o equilíbrio entre a produtividade econômica e a proteção da saúde dos trabalhadores. As evidências internacionais aqui reunidas e analisadas mostram que a redução da jornada pode funcionar como indutora de mudanças na organização e na qualidade do trabalho, em vez de representar, apenas, uma diminuição do tempo disponível para produzir, com impactos sobre a produtividade e/ou a saúde e a segurança no trabalho. Entretanto, tais experiências mostram que o país precisa buscar condições e estratégias capazes de associar a transição normativa à reorganização de processos, ao apoio tecnológico e financeiro às empresas menores, à qualificação profissional e à negociação coletiva justa sobre a distribuição dos horários. A redução da jornada de trabalho precisa, portanto, ser acompanhada de um planejamento centrado no trabalhador, em que o custo da mudança normativa não seja transferido aos trabalhadores, seja sob a forma de intensificação do ritmo, de sobrecarga ou da perda do emprego.

O ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta duas novidades internacionais sobre a temática da migração e do refúgio das últimas semanas: a reunião de alto nível da **Assembleia Geral das Nações Unidas para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR)** e a **77ª sessão do Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).** Quanto à reunião de alto nível das Nações Unidas sobre PPPR, os autores discutem a mesa-redonda intersetorial sobre a inclusão de migrantes, refugiados e populações deslocadas nas agendas sobre pandemias, a qual reuniu representantes de governos, agências das Nações Unidas, como a OMS e a Organização Internacional para as

Migrações, organizações da sociedade civil e setor privado. Já sobre o Comitê Executivo do ACNUR, serão apresentados os destaques das falas de abertura e encerramento do Alto Comissário Barham Salim, que assumiu o cargo em 2026, ressaltando as prioridades e estratégias de ação da organização para o próximo período, além da participação do Brasil nas discussões.

Com foco na **saúde da mulher, criança e adolescente**, ***Vilella, Massari e Gomes*** apresentam o guia *Preventing and addressing obstetric violence in humanitarian contexts*, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em outubro de 2026. O documento é uma nota de orientação para profissionais de saúde sexual e reprodutiva (SSR), de violência baseada em gênero, gestores de programas e agências implementadoras que atuam em crises humanitárias. Ele define a violência obstétrica como uma manifestação de violência reprodutiva e uma forma de Violência Baseada em Gênero (VBG), descreve seus fatores subjacentes e tipos, propõe o cuidado materno respeitoso (*respectful maternity care*) como marco de resposta e apresenta recomendações programáticas e institucionais.

A *17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17),* realizada em Yerevan, Armênia, constitui um dos principais fóruns multilaterais para a implementação de ações voltadas à conservação da biodiversidade, ao uso sustentável dos recursos biológicos e à promoção de benefícios compartilhados decorrentes dos recursos genéticos. Segundo ***Gaspar e Sanglard***, nesse contexto, a **UNESCO** apresenta uma abordagem interdisciplinar fundamentada na articulação entre ciência, educação, cultura, patrimônio, conhecimentos indígenas e desenvolvimento sustentável. A organização defende que a diversidade biológica e a diversidade cultural são dimensões inseparáveis e que a efetividade das políticas de conservação depende da integração entre sistemas ecológicos e sistemas socioculturais. O informe analisa os *programas, projetos e iniciativas apresentados pela UNESCO no âmbito da COP17,* incluindo o *Programa Homem e a Biosfera (MAB),* as *Reservas da Biosfera*, os *Geoparques Globais*, os programas de *Patrimônio Mundial*, as iniciativas de conservação marinha, os projetos de restauração de manguezais, a valorização dos conhecimentos locais e indígenas e as ações de educação para o desenvolvimento sustentável. O estudo baseia-se exclusivamente em informações oficiais disponibilizadas pela UNESCO e por seus programas associados.

Nilson, Neves e Oliveira e Silva exploram o tema do **Dia Mundial da Alimentação 2026**, "Inovar hoje, nutrir amanhã", analisando as perspectivas das soluções tecnológicas para o futuro da alimentação no mundo. Nesse sentido, parte de nossa análise concentra-se na governança das inovações tecnológicas e de informações e nos riscos de concentração e exclusão que podem trazer à medida que se tornam commodities e não bens comuns.

Cazumbá analisa resultados das **Reuniões Anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional** que aconteceram em outubro, na Tailândia. O evento contou com a presença de diversas lideranças, que discutiram durante as sessões sobre os mais variados temas. O tema principal foi a *inteligência artificial*, que vem sendo motivo de preocupação para as instituições no quesito *criação de empregos*. As duas instituições aproveitaram o evento para anunciar algumas *iniciativas para as áreas da saúde e do desenvolvimento*.

O informe de ***Chamas e Cesário*** apresenta desdobramentos da reforma da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, das negociações sobre conhecimentos tradicionais na **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** e dos debates sobre medicina tradicional e

inteligência artificial, em setembro e outubro de 2026. Sobre a *reforma da OMC* destaca propostas relativas à tomada de decisões, questões fundamentais, desenvolvimento e condições equitativas de concorrência, com divergências sobre regras e prioridades. Nas negociações sobre *conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais* descreve alterações nos objetivos dos instrumentos, voltadas à proteção, ao uso apropriado e ao reconhecimento de seus detentores, permanecendo controvérsias sobre direitos e obrigações. Relata ainda evento organizado pela *Organização Mundial da Saúde* e pela *Knowledge Ecology International* sobre *propriedade intelectual, acesso, repartição de benefícios e governança de dados na medicina tradicional*. Os debates ressaltam os desafios da inteligência artificial para a rastreabilidade dos conhecimentos e a participação dos povos indígenas e comunidades locais na gestão e governança desses recursos.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, a última quinzena foi marcada, de um lado, por avanços diplomáticos, mobilização humanitária e inovação científica, e, de outro, pelo agravamento das crises sociais, sanitárias e ambientais. O principal aspecto crítico é a distância entre a capacidade de mobilização das organizações e as condições financeiras e políticas necessárias para produzir respostas duradouras. Evidencia-se uma atuação organizacional diversificada que combina assistência direta, produção de conhecimento, *advocacy*, cooperação técnica e incidência em agendas nacionais e multilaterais. Entretanto, a recorrência dos alertas sobre a insuficiência de recursos, a fragilidade dos sistemas de saúde e o agravamento das vulnerabilidades sociais demonstra que a mobilização institucional ainda enfrenta obstáculos importantes para converter compromissos políticos em respostas sustentáveis. O principal desafio identificado consiste, portanto, em articular financiamento previsível, coordenação intersetorial, participação comunitária e responsabilização institucional, de modo que os avanços diplomáticos e tecnológicos se traduzam em melhorias concretas nas condições de vida e de saúde das populações mais vulnerabilizadas.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. O **UNOSSC** destacou o relatório de 2026 do Secretário-Geral da ONU sobre o estado da cooperação Sul-Sul e triangular como eixos fundamentais, horizontais e complementares para os ODS. Para avançar com a Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e triangular, o UNOSSC enfatizou avanços institucionais e alianças estratégicas no Sul Global, como o Marrocos que impulsiona a digitalização e governança de dados na administração pública; Portugal que fortalece a cooperação triangular focada na economia azul com o apoio do Camões, I.P.; a Índia que financia projetos de saúde materna em Ruanda e fortificação nutricional em Laos; enquanto China e Turquia vêm apoiando capacitações globais com a UNDRR e a OPAS para a redução do risco de desastres habitacionais sob o Marco de Sendai. O **Brasil** vem fortalecendo sua cooperação Sul-Sul por meio de parcerias estratégicas, intercâmbio técnico e soberania institucional. Em recursos hídricos, avançou na gestão transfronteiriça com o Peru (ANA/ABC) e assinou acordo com a China para segurança hídrica e adaptação climática. Na saúde, a Abrasco fechou parceria com a sul-africana PHASA, enquanto a Fiocruz sediou reunião na CPLP sobre saúde migratória, articulada ao fomento do CNPq (ProÁfrica). Em nutrição, o FNDE destacou o PNAE no Fórum Mundial da Alimentação em Roma junto ao Centro de Excelência contra a Fome do PMA. Por fim, o MDHC e a União Africana firmaram acordo inédito de preservação da memória histórica e reparações. O **G-77 e a China** começaram ativamente os trabalhos na 81ª sessão da AGNU, reafirmando o compromisso com o multilateralismo, o direito internacional e o desenvolvimento sustentável. O Grupo cobrou o fim de sanções e medidas coercitivas unilaterais que afetam o Sul Global, defendeu a

estabilidade financeira e orçamentária da ONU e exigiu recursos adequados para combater a pobreza e a crise climática. Na pauta econômica e social, destacaram a urgência de reformar a arquitetura financeira internacional, ampliar o financiamento para países em desenvolvimento e fortalecer a cooperação Sul-Sul e triangular. Além disso, reiteraram posições históricas sobre descolonização, incluindo a soberania das Ilhas Malvinas, o combate ao racismo e a defesa do Estado de Direito. O **MNA** e sua vertente jovem, NAMYO, lideraram articulações estratégicas no cenário multilateral. No 1º Comitê da AGNU, o MNA rejeitou a militarização do espaço sideral, criticou sanções unilaterais a satélites e cobrou o desarmamento nuclear definitivo, enfatizando as aplicações pacíficas das tecnologias espaço-atômicas na saúde e na telemedicina. Paralelamente, o Nepal defendeu a justiça climática e financiamentos por perdas e danos para fortalecer sistemas de saúde afetados por tragédias no Himalaia em agosto de 2026. Por fim, a **NAMYO** consolidou sua sede no Azerbaijão e impulsionou a liderança jovem no Fórum Mundial da Alimentação da FAO, articulando sustentabilidade agroalimentar, diplomacia econômica e resiliência climática para o Sul Global. O **Centro Sul** fortaleceu sua agenda alinhando prioridades estratégicas e cooperação técnica com governos do Paquistão, Filipinas e Angola, com foco na soberania sanitária, economia digital, migração e reforma da arquitetura tributária. Na esfera multilateral, o Centro Sul confirmou participação no Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos da ONU para debater o direito à saúde e acompanhou a 33.ª sessão do Comitê de Peritos Tributários da ONU, defendendo a tributação justa da economia digital e a consolidação da Convenção-Quadro até 2027. Por fim, publicou uma nota técnica no GT III da UNCITRAL propondo maior rigor e previsibilidade na avaliação de danos em arbitragens internacionais (ISDS) para proteger o orçamento de países em desenvolvimento, além de receber estudantes da HTW Berlin para debates sobre governança global.

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** analisa os desdobramentos da **Reunião Ministerial de Comércio do G20** em Milwaukee, etapa preparatória para a *Cúpula de Líderes na Flórida*. O documento examina as fricções que marcaram o encontro sob a presidência norte-americana, destacando a ausência de consenso em temas como sobrecapacidade industrial, cláusula da Nação Mais Favorecida e trabalho forçado, em contraste com a aprovação consensual da declaração contra a instrumentalização dos alimentos. O texto detalha a firme oposição da delegação brasileira à proliferação de fóruns paralelos em defesa da centralidade da OMC, articulando esse posicionamento aos atritos tarifários bilaterais entre Brasília e Washington, e conclui com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo discurso em favor do multilateralismo e as repercussões internacionais antecipam um cenário de resistência política à agenda norte-americana na Cúpula dos Líderes. Entre 12 e 25 de outubro de 2026, os **Ministros de Finanças e de Desenvolvimento do G7** se reuniram em Bangkok e anunciaram recursos para Chernobyl e para a segurança alimentar. Não houve comunicado conjunto. No mesmo período, os Estados Unidos flexibilizaram as sanções à Rússia, contrariando o compromisso assumido pelo grupo dias antes, e os países europeus reagiram. Os destaques da **OCDE** se dividem entre quatro estudos de temas variados sobre saúde e outro sobre pobreza, desigualdades e cooperação para o desenvolvimento.

O informe de ***Hoirisch*** aborda que a política externa ganhou destaque na campanha presidencial brasileira deste ano e aparece em capítulos próprios nos planos de governo: Lula dedica quase seis páginas ao tema, e seu adversário, Flávio Bolsonaro, cerca de três. O plano de Lula valoriza o Sul Global, defende uma política externa "universalista" com todas as regiões do mundo para diversificar parcerias comerciais, promete aprofundar os laços com a África e menciona o BRICS três vezes. Ele condena os ataques ao Irã e a intervenção na Venezuela,

pedindo diálogo e respeito ao direito internacional. Flávio propõe maior aproximação com EUA, Israel e Argentina, defende as ações do governo Trump, deseja a saída do Brasil do BRICS (sem citá-lo diretamente no plano) e vê a soberania como abrir mercados e atrair investimentos. Os dois também divergem sobre minerais críticos: o Brasil tem a segunda maior reserva de terras raras do mundo (cerca de 23%), e Lula quer uma política específica para agregar valor e evitar a mera exportação de matérias-primas, enquanto Flávio quer atrair capital e tecnologia estrangeiros e posiciona o Brasil como alternativa à dependência dos EUA em relação à China.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** abordam as manifestações sociais que têm movimentado a política da região. No *Brasil*, grandes manifestações mudaram o cenário eleitoral e pavimentaram a eleição de Lula da Silva. Na *Colômbia e na Argentina*, as manifestações contrárias às políticas implementadas pelos governos têm buscado pressionar por mudanças. Na *perspectiva econômica*, a região ainda tem previsão de combinação entre crescimento moderado e restrições fiscais. Na *saúde,* dengue, chikungunya e El Niño. No seguimento das organizações regionais, destacamos a *Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA)* participou de agenda sobre alfabetização em saúde; o *Organismo Andino de Saúde* cumpriu agenda nas áreas de prevenção ao HIV e saúde e mudança climática; a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)* cumpriu agenda nos temas de gestão de recursos hídricos, serviços meteorológicos e segurança e a *Organização dos Estados Americanos (OEA)* encaminhou missões de observação eleitoral e elaborou um estudo sobre o tráfico de drogas.

O ***GT Fiocruz sobre África*** analisa os principais acontecimentos de saúde pública em **África** entre 14 e 26 de outubro de 2026. O **CDC África** apresentou um quadro continental de acreditação para a formação em saúde pública, avançou o *Mecanismo Africano de Aquisição Conjunta* e defendeu transparência no financiamento da resposta ao Ebola na República Democrática do Congo. Também apoiou o controlo do surto no Quénia, validou um quadro continental de governação de dados de saúde e defendeu a remoção de barreiras que afetam serviços essenciais no Zimbabué. A **OMS África** informou sobre um acordo entre dez países para cooperação transfronteiriça em emergências, progressos rumo a um stock global de vacinas contra a mpox e investimentos em contramedidas contra a doença pelo vírus Bundibugyo. O informe acompanha ainda casos importados e relacionados de Ebola na Nigéria e no Quénia, enfatizando vigilância, rastreio de contatos, prevenção de infeções, envolvimento comunitário e preparação regional sustentada. Em conjunto, essas iniciativas evidenciam uma agenda continental centrada no fortalecimento institucional, na soberania sanitária, no acesso equitativo a produtos médicos, na governação segura de dados e em respostas coordenadas a ameaças transfronteiriças.

Para ***Freire***, a vitória de Lula reforça a relevância do Brasil na defesa da democracia, do multilateralismo e na geopolítica global, além de fortalecer as relações com a *União Europeia*. Na **Europa,** protestos motivados pelo custo de vida, pela crise habitacional e pela precariedade dos serviços públicos evidenciam a insatisfação social e o desgaste dos governos centristas. As guerras, a crise energética e o aumento dos gastos militares agravam esse cenário. O principal desafio é conciliar segurança, proteção social e estabilidade política, evitando que o descontentamento amplie a polarização e fortaleça forças antissistema.

Tavares Soares trata da **Saúde na Região MENA,** com foco em duas organizações da região: **Liga Árabe e Organização da Cooperação Islâmica (OIC).** A saúde é uma das áreas prioritárias de cooperação da OIC. Embora seja predominantemente conhecida por sua atuação

política e econômica, ela desenvolveu ao longo dos anos uma estrutura institucional e programática específica para o setor da saúde, por meio da *Conferência Islâmica de Ministros da Saúde (ICHM),* um espaço permanente de diálogo e coordenação entre ministros de saúde de 57 países. Houve avanços reais em indicadores básicos de saúde e maior consciência coletiva sobre a importância da cooperação. No entanto, persistem uma grande disparidade de capacidades entre os países e uma dependência excessiva do financiamento de doadores e instituições externas. Na *Liga Árabe,* a saúde é uma área de cooperação relativamente estruturada, embora menos institucionalizada e menos ambiciosa do que na OIC. O principal órgão responsável é o *Conselho de Ministros Árabes da Saúde*, criado em 1975 e que realizou sua 64ª Sessão em maio deste ano (2026). Sua Secretaria Técnica é ligada ao Setor de Assuntos Sociais da Liga Árabe. Possui vários Comitês Técnicos, com destaque para o de prontidão e resposta a emergências, com uma *Estratégia Árabe sobre Serviços de Saúde Pública no Contexto de Refugiados e Deslocados.* Há esforços concretos de coordenação em temas sensíveis como Palestina, refugiados e emergências. Existe uma grande heterogeneidade entre os países-membros (Estados do Golfo vs. países em conflito ou de baixa renda). A vertente saúde da Liga Árabe é funcional no plano político e de coordenação, especialmente em crises humanitárias e posições comuns perante a OMS. No entanto, ainda carece de um marco estratégico unificado, de mecanismos robustos de financiamento e de maior capacidade de implementação conjunta. Os esforços recentes de atualização de estratégias na área da saúde (cuidados primários, diáspora médica e "One Health") mostram uma tentativa de modernização.

Lobato e colegas analisam os principais movimentos da **China** e da **Ásia** em *diplomacia, saúde pública, integração econômica e desenvolvimento tecnológico*, com atenção às *implicações para o Brasil e o Sul Global*. No *campo diplomático*, a abertura da ponte entre China e Coreia do Norte sinaliza a retomada da integração econômica fronteiriça, enquanto as sanções chinesas contra autoridades do Paraguai e de Belize reforçam a pressão sobre países que mantêm relações com Taiwan. O Japão, por sua vez, enfrenta críticas chinesas diante de sua agenda de reforço militar. Na *saúde*, a China realiza uma nova Conferência Nacional de Saúde após dez anos, priorizando prevenção, atenção básica, inovação farmacêutica e integração dos serviços médicos. A cooperação internacional em medicina tradicional e o acordo científico entre Portugal e China também destacam saúde, envelhecimento e tecnologias médicas como áreas estratégicas. Na *economia*, a **ASEAN** avança na integração digital, o comércio Brasil–China alcança recorde histórico e Pequim propõe novos controles sobre tecnologias estratégicas de inteligência artificial, biomedicina e energia fotovoltaica. Paralelamente, os investimentos chineses em pesquisa e desenvolvimento continuam crescendo.

De acordo com ***Moraes***, as **eleições brasileiras de 2026** foram apresentadas como um fenômeno político de relevância que ultrapassa o resultado eleitoral e adquire significado internacional diante do avanço da extrema direita, da crise do multilateralismo e do aumento das desigualdades sociais. O artigo destaca que a mobilização popular observada durante o processo eleitoral revelou a capacidade de organização da sociedade civil e seu potencial de resistência democrática. Um dos aspectos mais relevantes foi o encontro intergeracional que reuniu jovens, trabalhadores, idosos e crianças em manifestações e ações políticas, fortalecendo a participação cidadã e contribuindo para a formação de uma cultura democrática. A autora argumenta que a diversidade de gênero, raça, classe e geração não representa um obstáculo à unidade política, mas uma condição essencial para a construção de projetos coletivos capazes de articular interesses comuns sem apagar diferenças. A mobilização nas ruas e nas redes sociais, especialmente por meio do chamado "Exército do Lula", evidenciou novas formas de

organização política digital e de disputa por visibilidade nos ambientes controlados pelas grandes plataformas tecnológicas. Além disso, a experiência brasileira passou a inspirar movimentos em outros países. Por fim, o texto relaciona a defesa da democracia aos desafios da saúde global, ressaltando a importância da participação social para fortalecer a proteção social, reduzir desigualdades e promover a solidariedade internacional frente ao avanço do autoritarismo.

===== *=====

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Fiocruz na Saúde Global

Seminário Avançado da Fiocruz debate '*Força de Trabalho em Saúde*' no dia 03 de novembro



Ministro da Saúde Alexandre Padilha distribui mensagem em vídeo nos seis idiomas oficiais das Nações Unidas sobre impacto da reeleição do presidente Lula na saúde nacional e global

A mensagem afirma que "a saúde venceu as eleições no Brasil". Apresenta cinco blocos de prioridades para a saúde nacional e global: 1) Mais investimentos no SUS, com orçamento crescente; 2) Defesa da ciência, contra o negacionismo: 3) Cooperação, apoiando técnica e financeiramente a OMS e a OPS e participando do multilateralismo na região, no G20, no BRICS e com a África 4) Agenda do clima e saúde, orientado pelo compromisso assumido em Bel´[em,

durante a COP; e 5) Compromisso com o desenvolvimento do complexo médico-industrial no país, na ALC e no Sul Global. Acesso às mensagens nos seis idiomas, respectivamente em:

26.10.2026_Ministro_ 1_inglês _v1_ALTA — https://we.tl/t-0q0emFB52KQqE0H5

26.10.2026_Ministro_ 2_espanhol _v1_ALTA — https://we.tl/t-j18dCDM8ktDgeTNu

26.10.2026_Ministro_ 3_francês _v1_ALTA — https://we.tl/t-98qGvYbUa1se2jNs

26.10.2026_Ministro_ 4_russo _v1_ALTA — https://we.tl/t-KgNO4OSL6e0fo0FQ

26.10.2026_Ministro_ 5_chinês _v1_ALTA — https://we.tl/t-5fX6fBcpOr5wP0uz

26.10.2026_Ministro_ 6_árabe _v1_ALTA — https://we.tl/t-hAFiKCnYukiC2fra

Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027



O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em novembro para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro.

É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online. Em 1º de novembro serão divulgadas por estes Cadernos e outras mídias da Fiocruz mais detalhes sobre o Curso.

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde.

Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia.

Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 30 de outubro de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Fundação Oswaldo Cruz

Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

(desde 2020)

Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz

(desde 2014)